



O latim no Brasil após a segunda metade do século XX e a emergência de novos materiais didáticos

Autor(es): Amarante, José
Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra
URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/42971>
DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/978-989-26-1340-6_6
Accessed : 21-Jan-2021 02:06:23

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



O LATIM NO BRASIL APÓS A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E A EMERGÊNCIA DE NOVOS MATERIAIS DIDÁTICOS (Latin in Brazil after the second half of the twentieth century and the emergence of new didactic materials)

JOSÉ AMARANTE (jasobrinho@ufba.br)
Universidade Federal da Bahia

RESUMO – Este texto analisa o período decisivo para o latim no Brasil, a segunda metade do séc. XX, após os dispositivos legais decorrentes da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Discute ainda os primeiros momentos do latim no país no início deste século e apresenta questões relacionadas à emergência de novos materiais didáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Latim no Brasil, Discursos legislativos, Discursos acadêmicos

ABSTRACT – This text analyses the decisive period for Latin in Brazil — the second half of the 20th century — following the legal requirements stipulated in the 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). It also discusses the early days of Latin in the country at the beginning of the century and explores issues relating to the emergence of new teaching materials.

KEYWORDS: Latin in Brazil, Legislative discourses, Academic discourses

RETOMANDO A QUESTÃO DO ENSINO DO LATIM NO BRASIL

Desde autores de materiais didáticos de latim de meados do século passado a autores de artigos mais recentes que analisam aquele período na história da disciplina, o século XX tem sido colocado como um século decisivo para o ensino do latim no Brasil¹. De uma língua de cultura em seu desenrolar no Brasil, da sua concorrência curricular com outras línguas no início do século, mais acentuada então com o francês, secundada pelo inglês e alemão, como optativas, aos incrementos legislativos proporcionados pela Lei de Capanema (1942) e, posteriormente, às implicações da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1961) e da 2ª LDB (1996), o latim encerra o século “à guisa de balanço”². A partir das discussões promovidas em nossa tese de doutorado³, temos publicado trabalhos com vistas a sistematizar um conjunto de informações sobre o latim no Brasil, de forma a termos, futuramente,

¹ Cf., por exemplo, Prata e Fortes 2012; Amarante 2012b; Santos Sobrinho 2013; Amarante 2013.

² Amarante 2013: 40.

³ Santos Sobrinho 2013.

elementos para uma história do latim na realidade brasileira⁴. Neste texto, ainda buscando compreender a história da disciplina num século de avanços e retrocessos e decisivo para a reconfiguração dos estudos latinos entre nós, e também analisando discursos legislativos e discursos acadêmicos, nos centramos no período decisivo para o latim no Brasil, a segunda metade do século XX, após os dispositivos legais decorrentes da 1ª LDB, que culminarão com a exclusão do latim do currículo da educação básica. Considerando como fontes, principalmente, os discursos legislativos e os discursos acadêmicos de prefácios de manuais didáticos, objetivamos “estabelecer as estratégias discursivas engendradas para a marcação das utilidades e importância da disciplina, muitas vezes estampada como uma supralíngua, em função de sofrer perdas nas ofertas curriculares em diferentes momentos”⁵. Conforme já propusemos, “a maior ou menor oferta de disciplinas de latim no currículo, no século XX, é fator decisivo para a maior ou menor incidência de discurso laudatório e muitas vezes hiperbólico em relação à língua”⁶.

Os materiais didáticos que temos considerado para as discussões aqui apresentadas fazem parte do acervo do Programa *Latinitas*, em desenvolvimento na Universidade Federal da Bahia. No Programa, “interessa aos pesquisadores ouvir o que as obras didáticas para a aprendizagem do latim querem nos dizer sobre a própria história da disciplina no Brasil, como forma de reconhecer que a compreensão histórica de disciplinas de estudo permite entender o desenvolvimento desses estudos”⁷. Além disso, como o Programa é composto de duas vias, quais sejam a da pesquisa e análise de produção didática e a da preparação de materiais para cursos de latim, interessa também promover a produção de materiais didáticos que atendam às demandas de nossos cursos atuais e às necessidades dos alunos de nosso tempo. Ao final, pois, deste texto, apresentamos nossas iniciativas de produção didática para a aprendizagem do latim materializadas nos dois volumes de material impresso da coleção *Latinitas: leitura de textos em língua latina*.

A figura que se segue mostra os materiais didáticos do acervo organizados por décadas. Assim, eles nos permitem vislumbrar um gráfico naturalmente formado, em que se constata períodos com maior registro de publicações didáticas e períodos em que elas se escasseiam. Eis a figura⁸:

⁴ Nessa direção, além deste trabalho sobre o latim na segunda metade do século XX, foram publicados os seguintes: Amarante 2012; Amarante 2013: 39-63.

⁵ Amarante 2013: 40.

⁶ Id. *ibid.*

⁷ Id. *ibid.*

⁸ Este mesmo gráfico foi publicado por nós em 2013, no artigo da *PhaoS* 13. Para uma compreensão maior da interpretação da curva apresentada pelo gráfico, com ápice na década de 40 do séc. XX, remetemos o leitor ao artigo.



Figura 1 – Materiais didáticos de latim do acervo *Latinitas* distribuídos por décadas
 Fonte: Elaborado pelo autor

Destacamos aqui um acentuado declive que se registra no gráfico nos anos que se seguem à 1ª LDB (1961) e um ligeiro acríve nos anos subsequentes, com razoável acentuação nos primeiros anos do século XXI. Passaremos, então, a analisar esse período, folheando materiais e legislações.

1. O LATIM NO BRASIL APÓS A LDB DE 1961: SUSPIROS INDECISOS E COLAPSOS ANUNCIADOS

Costuma-se marcar o momento da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, como o marco para as duras perdas que sofre a disciplina na segunda metade do século XX no Brasil. De fato, a LDB “traz um conjunto de aberturas e de indecisões, que só serão resolvidas a partir do início da década de 70”⁹, uma vez que, em seu art. 35, pará. 1º, estabelece como competência do Conselho Federal de Educação a indicação, para todos os sistemas de ensino, de “até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino” (Lei Nº 4.024/1961).

O latim ainda atravessará toda a década de 60 em seus indecisos suspiros, até que se definam as disciplinas obrigatórias do currículo. Como era de se esperar, nesse período ainda se registra a reedição de materiais didáticos de períodos passados, e novos surgem, mas em menor quantidade, evidentemente. Será somente a partir da Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e de seus dispositivos legais imediatamente posteriores, que o quadro do latim entra em colapso na educação básica brasileira. Em relação ao ensino de 1º e de 2º graus, assim a Lei se posiciona: “A organização administrativa, didática

⁹ Amarante 2013: 60.

e disciplinar de cada estabelecimento do ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação” (Lei Nº 5.692/1971, art. 2º, parág. único). Ainda permanece a não definição de disciplinas, já que a legislação apenas estabelece as responsabilidades: o Conselho Federal de Educação fixaria “para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum” (art. 4º, parág. 1º, inciso I); a parte diversificada ficaria sob a responsabilidade dos Conselhos de Educação (inciso II); a Lei ainda estabelece a possibilidade de cada estabelecimento de ensino ofertar estudos outros, após a aprovação do Conselho de Educação (inciso III). Estabelece, contudo, algumas disciplinas como obrigatórias: “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde” (Art. 7º). Vale lembrar também que é por meio dessa lei que o próprio Colégio Pedro II, um dos baluartes do latim no Brasil, passa a integrar o sistema federal de ensino (art. 69), subordinando-se às decisões estabelecidas pela legislação.

A partir do Parecer Nº 853/1971, a Resolução Nº 8, de 1º de dezembro de 1971, “fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhes os objetivos e a amplitude”. De acordo com o seu artigo 1º, o núcleo comum nos currículos plenos de 1º e 2º graus deveria ser composto obrigatoriamente das matérias Comunicação e Expressão (que deveria ter como conteúdo específico a Língua Portuguesa), Estudos Sociais (Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil), Ciências (Matemática e Ciências Físicas e Biológicas). No parágrafo segundo desse artigo, ainda se define a exigência de Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programa de Saúde e Ensino Religioso (facultativo aos alunos). O artigo 10 desta Resolução determina o caráter progressivo da implantação do regime instituído, de forma que o latim ainda permanece como disciplina ofertada, agora por poucas instituições, geralmente as mais tradicionais.

O Parecer Nº 339/72, datado de 03 de abril de 1972 e aprovado em 06 de abril de 1972, trata da significação da Parte de Formação Especial do Currículo (a chamada parte diversificada) e, já bastante tecnicista, busca discutir sobre a sondagem de aptidões, apresentando termos como “iniciação para o trabalho”, “sistemas de produção e prestação de serviços”, “aplicação de materiais e instrumentos”. Reconhecendo a existência dos diversos sistemas regionais de ensino, o parecer sugere que a decisão sobre as matérias da parte diversificada, que incluía a parte da formação especial, deveria “ser enfrentada e resolvida pelos respectivos Conselhos de Educação” (Parecer Nº 339/72). Contudo, ainda reconhecendo que, “nos termos da lei, os estabelecimentos, pela via regimental, poder[iam] incluir outros estudos mais conformes com as características, com os recursos e com as exigências locais e regionais”, faz uma sugestão de um elenco supostamente não fechado nem definitivo, mas exemplificativo (nos termos do próprio parecer), de sorte que as áreas e

possibilidades de disciplinas listadas refletem mesmo o caráter tecnicista do momento: todas dizem respeito a atividades das áreas econômicas primária, secundária e terciária.

2. OS DISCURSOS INSCRITOS: O HUMANISMO EM BATALHA?

O tecnicismo explícito da nova legislação, conforme se pode ler no referido Parecer 339/72, é resultado de uma série de debates que atravessa os anos posteriores à implantação da República, principalmente os anos de 40 a 60, em que diferentes correntes de pensamento defendiam um ou outro currículo para a educação secundária. É o que se conhece pela famosa expressão “a batalha do humanismo”. Por um lado, o humanismo de feição católica, grande influenciador da Reforma de Capanema, se defende, por exemplo, na voz de Alceu Amoroso Lima: “nítido *abandono do sentido humanista* da formação do homem brasileiro, por uma gradativa substituição pelo *sentido profissional* de sua formação”¹⁰. Por outro lado, as críticas ao caráter elitista do humanismo de uma face, voltado exclusivamente para o passado, no bojo da discussão sobre a democratização do ensino, trazem à tona a necessidade de se formatar um novo humanismo. Destaca-se aqui a figura de Fernando de Azevedo, que proferiu, entre 1947 e 1951, uma série de conferências pelo país, em que defendia um novo humanismo, pautado pela cultura científica¹¹.

A batalha poderia se resumir ao enfrentamento de dois pólos, materializados em diferentes grupos de palavras, mas representando os mesmos anseios de diferentes e combatentes pontos de vista: elitização x democratização; generalização x especialização; humanismo x tecnicismo; humanismo clássico x neo-humanismo; tradição x renovação; manutenção x transformação; passado x presente; antigo x moderno¹².

Numa conferência de 1948, em Belo Horizonte, em curso de férias para professores do ensino secundário, Azevedo, citando Lalande, discute sobre a necessidade de especialização que o mundo moderno impõe, uma especialização que nos remete diretamente à necessidade de um viés tecnicista para a educação, ainda que, “fazendo a ‘parte do diabo’” se passe a marchar “no sentido inverso das humanidades”¹³.

¹⁰ Lima 1940: 7, apud Souza 2009: 84. Os grifos são do autor.

¹¹ Suas conferências encontram-se publicadas no volume intitulado *Na batalha do humanismo: aspirações, problemas e perspectivas* (1952). O livro tem uma segunda edição datada de 1958 e uma reimpressão, na publicação de suas *Obras completas pela Melhoramentos*, datada de 1967, que é a que utilizamos.

¹² Não deixa de ser este período, segundo Faria, uma reedição da “Querela dos antigos e modernos”, que, a partir da Renascença, “com intervalos de tréguas mais ou menos longos, se vem renovando, em vários países de cultura ocidental” (Faria 1959: 9).

¹³ Azevedo 1967: 104.

Embora Azevedo, ao que se depreende da leitura de sua *Batalha*, proponha uma “fidelidade ao ideal humano”¹⁴, de forma a sermos capazes de transitar entre o antigo e o moderno, sua convocação à luta se faz pelo convite à tomada de decisão, pela escolha de um partido por parte dos jovens formandos de Filosofia, Ciências e Letras a quem se dirigia em uma sessão de colação de grau, numa oração de paraninfo, em 1950, aqueles que deveriam estar atentos à “importância da educação secundária”, com “função seletiva” que se constitui num “sistema de barragem”. Dizia ele: “como, mestres dessas escolas, podeis deixar de reagir ao estímulo representado pela existência de seus problemas essenciais, e tomar posição na luta, como força poderosa de reconstrução?”¹⁵. Se se trata de um discurso para professores do ensino secundário, converte-se em um convite a uma tomada de posição, em que se prepara o terreno para as grandes mudanças que irão surgir na década de 60¹⁶. Assim, a LDB de 1961 é a edição oficial de uma visão especialista e supostamente transformadora do currículo que já se desenhava décadas atrás.

Na década de 70, então, os pareceres oficiais sobre as áreas de especialização se focam num pragmatismo curricular, centrado em áreas de interesse profissional, conforme vimos no Parecer nº 339, de 06 de abril de 1972, do CFE. A possibilidade de os estabelecimentos do sistema Federal virem a propor “pela via regimental” outras alternativas ao CFE é citada no Parecer, mas essas alternativas seriam “objeto de apreciação por este Conselho”. A última das conclusões sugere: “10 - Recomenda-se aos Conselhos Estaduais de Educação que sejam os termos deste Parecer levados em consideração, quando do cumprimento da competência que lhes delegou a Lei nº 5.692/71, no seu artigo 4º, § 1º, inciso II.”

Assim, entre a LDB de 1961 e a Lei 5.692/71, as indefinições ainda permitiram a presença do latim em algumas escolas brasileiras mais tradicionais, conforme sabemos. O aparecimento de alguns materiais didáticos escolares mostra isso. O tecnicismo de que se revestem as novas propostas para o ensino, inevitavelmente, deixará o humanismo para o segundo plano.

3. OS DISCURSOS PREFACIAIS: LAMENTAÇÕES, UTILIDADES E NOVOS PÚBLICOS PARA O LATIM

Vejam, então, como os prefácios das obras didáticas do período reagem à nova situação. Os anos da década de 60 são, possivelmente, o momento de maior tensão para os latinistas que escrevem obras didáticas. Do início da década, a obra *A presença do latim*¹⁷, de Vandick L. da Nóbrega, reflete ainda o

¹⁴ Id.: 105.

¹⁵ Id.: 105-106.

¹⁶ A conferência é datada de 1948.

¹⁷ Nóbrega 1962, mas com prefácio assinado de 1961.

período de instabilidade, fruto da já anunciada necessidade de transformação. O próprio título da obra remete ao caráter vivo, à influência, ao prestígio do latim (com o núcleo *presença*). Encomendada pelo então diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (INEP/MEC), o Professor Anísio Teixeira, divide-se em 3 tomos, objetivando, do que se depreende, uma proposta metodológica mais cuidadosa, se se compara à avalanche de materiais didáticos de qualidade duvidosa, publicados entre os anos 40 e 50. Ainda assim, o prefácio, para além de trazer à tona o espírito combativo em relação à mudança anunciada¹⁸, mantém os estereótipos do latim como uma supralíngua, que se desenha na apresentação da lista interminável de utilidades da disciplina. Evidentemente, conforme o que tomamos como hipótese, é também uma configuração discursiva esperada, frente à realidade de ameaças por que passava o ensino do latim. Denuncia, então, após a sua lista de utilidades, esta “fase preliminar de um crime de lesa-cultura”¹⁹.

Nóbrega admite que os maiores inimigos do latim não são os seus opositores oficiais, mas os próprios professores, que, com um ensino sem significado, afastam os alunos do interesse pelo seu estudo²⁰. E contextualiza o momento de mudança da lei que está por vir:

A primeira medida salvadora, que ocorre a alguns dos nossos legisladores incumbidos de elaborar e votar as leis básicas do ensino secundário, consiste em aniquilar ou até suprimir o ensino do latim. Com esta providência, julgam eles que a lacuna deverá ser preenchida com ensinamentos técnicos e, assim, ficaria o adolescente de hoje e homem de amanhã mais apto a atender às expectativas do progresso da vida contemporânea. É pura ilusão, porque a substituição adotada poderá servir, quando muito, para formar homens-máquina, mas não homens-homem²¹.

Admitindo a destinação da obra não mais apenas aos professores da educação básica, mas “aos alunos de Faculdades de Filosofia e de Direito, aos candidatos aos exames vestibulares, aos membros da magistratura, aos advogados em geral e a todos que pretendem ter uma boa formação literária”²², o discurso, pressentindo a nova realidade, marca uma outra característica dos

¹⁸ Se a LDB do período é datada de 20 de dezembro de 1961 e o prefácio do autor se encontra assinado com a data de novembro do mesmo ano, consideramos o discurso como de transição entre o período de inquietação com a anunciada LDB e o seu aparecimento de fato.

¹⁹ Nóbrega 1962: 15.

²⁰ Cf., por exemplo, a obra *O latim para todos*, de Germano Müller 1963 (com prefácio de 1962): “Decididamente. Deve haver algo de errado no nosso ensino de latim. Por que tamanho ódio, tamanha fama de cheiro de ‘ranço’ em torno da Língua de Cícero”.

²¹ Nóbrega 1962: 18.

²² Id.: 19-20.

materiais didáticos vindouros: a destinação a outras realidades de alunos²³. O seu material é preparado, também e desde já, fazendo concessões: dos sete anos de estudo antes reservados ao latim, prevê a disciplina nas últimas cinco séries de um secundário de sete anos. Como diz o autor: “Desempenhamos o papel de chefe militar que, para não arriscar-se a perder a batalha, faz concessões ao inimigo”²⁴. Também introduz uma outra característica dos materiais didáticos pós-LDB: a inclusão de pareceres de personalidades de toda a Europa e dos Estados Unidos (personalidades da vida pública, homens de negócio, jornalistas, engenheiros, médicos, etc), defendendo o ensino do latim e as suas utilidades, uma forma de, através de discursos inscritos, promover um embate discursivo mais assentado e mais incisivo.

Também do começo da década de 60 e antecipando a era da imposição do progresso é a obra *Curso de latim*: “Como os progressos humanos não de ser sempre calcados no passado, é preciso conhecer êsse passado”²⁵. A receita das utilidades do latim se mantém. Os materiais didáticos da década de 60, então, se reconhecem “em plena batalha” e para a luta seguem arregimentando forças (os discursos inscritos). Recheada de testemunhos sobre a utilidade do latim, colhidos de personalidades estrangeiras, e referindo-se à modernidade da língua, a obra *Latim simplificado*, do Pe. Francisco da Rocha Guimarães, de 1966, em agradecimento ao Presidente do Instituto Nacional do Livro, assim se posiciona: “Ao acadêmico Dr. Augusto Meyer (Pres. do Inst. Nac. do Livro) é que devo agradecer a sementeira de beleza feita no meio dos meus escritos, em plena batalha, anunciando o triunfo: o NOSSO e o LATIM”²⁶.

Como era de se esperar, na década de 70, já com o surgimento de pareceres e resoluções que não reservam, nem na parte diversificada do currículo, um espaço para o latim, os prefácios mantêm e ampliam as listas de utilidades da disciplina. Além disso, começam a surgir publicações destinadas ao autodidata, a quem deseja aprender a língua em contextos extraescolares. Na tradução intitulada *Aprenda sozinho – latim* (da obra de F. Kinchin Smith), feita por Milton Campana, de 1972, o caráter não popular do latim vem à tona na apresentação, além da lembrança da retirada da batalha (dos discursos das utilidades) pelo tradutor: “abstendo-nos destarte de envolver-nos em polémicas, em que se digladiam, de

²³ Nesse sentido, cf. também o prefácio da obra *Exame vestibular de latim* de José Grazziani 1962, que assume a obra como destinada aos que se preparavam ao exame de seleção nas Faculdades de Direito e Filosofia. E ainda a obra *Latinitas: antologia latina* de Frei Agostinho Belmonte 1964, assumidamente destinada à utilização nos seminários, com a inclusão de tópicos de autores cristãos. Mas também *Latim para os Ginásios* de C. Tôres Pastorino 1963, que, com prefácio datado de 1960, ainda apostava na destinação do livro a qualquer estudante dos ginásios.

²⁴ Nóbrega 1962: 20.

²⁵ Barros 1961: 8.

²⁶ Guimarães 1966: 2.

um lado, os abnegados professores e cultores do formosíssimo idioma latino e, de outro, seus adversários²⁷. Assim, ainda que não pretendesse mostrar as utilidades da aprendizagem do idioma, não se contém e insere uma lista topicalizada com as conhecidas justificativas. Se o discurso tecnicista do período, voltado para os supostos anseios das massas, já parece vencedor, a alternativa apontada pelo tradutor é no sentido de popularizar o latim, numa espécie de reconhecimento do caráter elitista apregoadado à disciplina como símbolo do humanismo de uma face, voltado ao passado²⁸.

Na adaptação ao português de uma obra didática de Roger Verdier (*Marcus et Tullia. Manual de língua latina*, 1978), mantém-se a destinação da obra a outro público, diferente do escolar: “O objetivo deste livro é apresentar um programa de Língua Latina a ser ministrado nos Cursos de Letras das nossas Faculdades, onde seu ensino normalmente se limita a dois ou três semestres obrigatórios²⁹. Além de apresentar a lista de utilidades do latim, uma delas se destaca, pelo seu caráter tautológico: “O latim é útil”. Da mesma forma, se ressentente Gilda S. de Brito, em sua obra *Lições de latim* (1982):

Há pouco menos de dez anos a publicação deste livro seria destinada a alunos do 2º grau de alguns poucos estabelecimentos de ensino médio do País que, a exemplo da salutar tradição mantida no Colégio Pedro II, como vanguarda da preservação dos valores culturais de nossa civilização, ainda conservavam o ensino de latim em algumas séries de seus cursos.

Hoje, dez anos mais tarde, publicamos o presente volume com vistas a um público estudioso ainda mais restrito: nossos alunos do chamado Ciclo Básico ou Primeiro Ciclo das Faculdades de Letras³⁰.

Na década de 80, com a presença do latim praticamente nos cursos superiores de Letras, surgem também obras que se destinam ao público do setor jurídico, os dicionários de sentenças e máximas, e obras que se destinam à manutenção de usos de expressões latinas. Os prefácios assumem, então, a ausência do latim dos currículos escolares, como é o caso do prefácio da obra *Não perca o seu latim*, de Paulo Rónai, de 1980: “Hoje o latim anda ausente dos programas, mas um bom punhado de sentenças continua a fazer parte da bagagem do homem culto. É a este que pretendemos ajudar³¹.”

Já com o volume de publicação de obras bem reduzido, encontramos também para a década de 80 uma curiosa obra que, para além de se ressentir de que, até os anos 70 do século passado, estudou-se latim nos colégios do Brasil,

²⁷ Cf. Smith 1972: xi.

²⁸ Cf. particularmente a pág. xiii.

²⁹ Cf. Verdier 1978: 15.

³⁰ Brito 1982: 9-10. O prefácio é datado de 1976.

³¹ Rónai 1980: 11.

surpreende com uma tentativa de aliar o estudo do latim à educação musical. Trata-se da obra *Migalhas de língua latina e de educação musical*, da autoria de J. Braga Martins (1987). Aqui também se percebe o surgimento das edições do autor, realidade tão diferente daquela vista no período pós-Capanema, em que as editoras tiravam do prelo apressadamente as obras didáticas para a concorrência no mercado editorial.

4. LUZES PARA UM SEGUNDA LDB: UMA DAS FINALIDADES DO LATIM SERIA A SUA ESPERANÇA?

Desde muito tempo que, na história do ensino do português no Brasil, aprender latim era, de alguma forma, aprender português. Essa utilidade do latim, além de visível nas legislações, é uma das sempre presentes nas listas de utilidades que aparecem nos materiais didáticos. Em torno de dez anos antes da 2ª LDB, a de 1996, se desenhou uma nova esperança para o latim, ainda que com o viés utilitarista frequente. Assim, em meados da década de 80, o Decreto nº 91.372, de 26 de Junho de 1985, instituiu uma Comissão Nacional visando ao estabelecimento de diretrizes que pudessem promover o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem da língua materna³². No Relatório Conclusivo da Comissão (*Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa*) constam recomendações que poderiam fazer ressurgir o latim no cenário escolar, ao menos no então segundo grau, seja na forma de complementação ao estudo do português: “A comissão reconhece que [...] deve haver um número de aulas dedicadas ao estudo das estruturas do Latim, com vistas à compreensão mais lúcida da própria língua portuguesa”³³, seja como disciplina autônoma: “A comissão admite que, na hipótese de se desdobrar o segundo grau em científico e clássico, neste deverá ser reintroduzido o Latim”³⁴. Evidentemente, uma das funções do latim sempre lembrada, a de que é útil para a “compreensão mais lúcida da própria língua portuguesa”³⁵, aí está textualmente expressa.

As recomendações da Comissão, contudo, não surtiram o efeito desejado; um desenho de esperança se apaga. Poucos anos depois, a LDB de 1996 (Lei Nº 4.024/1996), em função do exercício da autonomia universitária, assegura às universidades, através de seus colegiados de ensino e pesquisa, o direito de decidir sobre a “criação, expansão, modificação e extinção de cursos (art. 53,

³² A Comissão era formada por Aurélio Buarque de Hollanda (substituído por João Wanderley Geraldi), Abgar Renault, Antonio Houaiss, Celso Ferreira da Cunha, Celso Pedro Luft, Fábio Lucas Gomes, Francisco Gomes de Mattos (substituído por Nelly Medeiros de Carvalho), Magda Becker Soares e Raimundo Jurandy Wangham.

³³ *Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa*: 31.

³⁴ Id. *ibid.*

³⁵ Id. *ibid.*

parag. único, inciso I) e a elaboração de programas de cursos (art. 53, parag. único, inciso III), entre outros. Fica, então, a cargo das instituições universitárias o desenho de seus cursos e de seus programas. Assim, contrariando a Comissão, que indicava que no ensino superior o latim deveria “ser reabilitado em sua qualidade de matéria plena”³⁶, a disciplina vai também perdendo seu espaço nesse nível de ensino, ficando resguardado *grosso modo* às instituições públicas, que não raciocinam por objetivos mercadológicos, e a raríssimos casos de instituições privadas, que, por escolha, mantêm a disciplina no currículo.

5. OS PREFÁCIOS DE HOJE, O LATIM HOJE

Após a LDB de 1996³⁷, numa espécie de reação ao estado das coisas, mas também em função do amadurecimento da área dos Estudos Clássicos no Brasil, têm surgido novos materiais didáticos (alguns mantendo certos princípios dos de outrora)³⁸. E circulam ainda antigos manuais de décadas passadas (*Gradus primus* e *Gradus secundus*, de Paulo Rónai, por exemplo) e a gramática-método de Napoleão Mendes de Almeida (*Gramática latina*), para ficar com os dois mais evidentes. Dada a configuração do ensino do latim no período, exclusivamente no ensino superior, praticamente desaparece dos prefácios dos materiais didáticos a insistência na apresentação da lista de utilidades do latim, a nosso ver um discurso já esvaziado.

Tratemos de alguns prefácios. A obra *Latina Essentia*³⁹ continua a ser editada até a presente data e é de grande circulação no país. Em seu prefácio, o autor se dedica a discutir a questão do latim como língua morta, enfatizando que a obra tratará da aprendizagem do latim clássico. Trata-se de uma abordagem tradicional⁴⁰, voltada a uma, como corretamente diz o autor, “preparação ao latim”, pressupondo a aprendizagem de estruturas básicas da língua para estudos mais aprofundados posteriormente.

Em *Latim instrumental*⁴¹, objetiva-se a aprendizagem da tradução. O prefácio

³⁶ Id. *ibid.*: 31.

³⁷ Para informações aprofundadas sobre a questão do ensino do latim em momento imediatamente anterior à LDB de 1996, remeto o leitor a Lima 1995.

³⁸ Um balanço sobre a situação do latim hoje no Brasil, incluindo discussão sobre estratégias de apresentação de temas clássicos na educação básica brasileira, pode ser conferido em Prata e Fortes 2015.

³⁹ Rezende 1993. Em nosso acervo, temos a terceira edição, de 2000.

⁴⁰ Para a definição de material tradicional, sigo a proposta de Prata e Fortes 2012, para quem o termo se refere à abordagem dos materiais produzidos com foco na gramática e tradução, com a existência de estudos de gramática, exercícios de gramática e versões, tradução de frases, provérbios, *sententiae*, havendo a preferência por textos originais recortados, frases isoladas, centrando-se alguns em textos de um único gênero. Ainda que apresentem textos, os materiais tradicionais costumam partir dos conteúdos gramaticais para as frases e depois para os textos.

⁴¹ Massip 2002.

historia o processo de produção da obra e explicita a importância desse conhecimento que é a base do português.

A obra *Introdução à teoria e prática do latim*⁴², publicada na década de 90, continua a ser editada até nossos dias. Trata-se de uma abordagem tradicional. Seu prefácio também se dedica a explicitar o processo de confecção e testagem do material. Da mesma autora é o *Dicionário gramatical de latim* (2003, em parceria com Jane Castro) e o livro *Língua latina – a teoria sintática na prática dos textos* (com 2ª edição de 2008). Em ambas as obras, o prefácio tem as mesmas características da obra de 1993.

No prefácio de *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*⁴³, volta à tona a questão do despreparo do professor, da indefinição dos objetivos, além da inadequação de textos e da deficiência no aproveitamento do espaço curricular.

No período, surgem também obras de natureza complementar ou voltadas para cursos de carga horária muito pequena ou, ainda, para o ensino à distância. De 2009, por exemplo, é a obra *Literatura latina*, de Paulo Martins. Organizada por gêneros, conta com o DVD com vídeo-aulas apresentadas pelo próprio autor. De Rodrigo Tadeu Gonçalves, a obra *Língua latina* (2007) também conta com o DVD de vídeo-aulas, seguindo a proposta da Editora IESDE, de atender a um público de educação à distância. Sem intenção de repertoriar exaustivamente a produção didática do período, citamos também algumas obras complementares ao estudo do latim destinadas ao contexto acadêmico: *Iniciação ao latim*⁴⁴, *Latine loquere*⁴⁵, *A literatura latina*⁴⁶, *Em dia com o latim*⁴⁷, *Introdução aos estudos clássicos*⁴⁸.

Apesar de já bastante esvaziado o discurso das utilidades do latim e da sua configuração como supralíngua, ainda surgem obras que retomam as famosas listas de utilidades. O material didático *Latim para todos*⁴⁹, uma edição do autor, é uma obra que apresenta uma abordagem textual. Diferentemente de outras do período, que são mais tradicionais, a abordagem parte dos textos para a aprendizagem da língua e mostra uma apresentação cuidadosa dos conteúdos gramaticais. Num aspecto, contudo, é tradicional, no sentido de retomar a apresentação de utilidades para o latim, aqui de uma forma hiperbólica em relação à importância da disciplina. A lista de utilidades aparece na introdução da obra. Além dos motivos já conhecidos, e alguns muito interessantes e que se referem à aprendizagem de línguas como um todo, constam, entre os “Dez motivos para se estudar latim”, os seguintes:

⁴² Garcia 1993. Em nosso acervo, temos a 2ª edição (1995) e a 3ª (2008).

⁴³ Furlan 2006.

⁴⁴ Cardoso 1997 – 3ª ed.

⁴⁵ Mattos 2001.

⁴⁶ Cardoso 2003.

⁴⁷ Gaió 2005.

⁴⁸ Marques Jr. 2008.

⁴⁹ Almeida 2011.

Sexto motivo:

Aprender línguas combate o envelhecimento cerebral e as demências senis, prevenindo inclusive o Mal de Alzheimer. O latim proporciona um significativo exercício cerebral, pois exige a compreensão de diferentes estruturas.

[...]

Décimo motivo:

Sair da rotina. Conhecer gente diferente, que pensa, escreve e fala segundo sua própria mente⁵⁰.

O exagero na apresentação de alguns dos motivos, a nosso ver, dá a impressão de que se desejava fechar a lista com dez itens (*sair da rotina e conhecer gente diferente*, por exemplo, se consegue por inúmeros outros diferentes meios). Ainda assim, a obra se diferencia, conforme dissemos, de muitas outras do período, por focar o estudo nos textos.

De publicação recente é o material didático complementar intitulado *Sintaxe do período subordinado latino*⁵¹. Nele, o autor, demonstrando a lucidez que vem surgindo em torno da questão de o “latim ser útil a qualquer custo” desfaz essa necessidade de se justificar, desmedidamente, a aprendizagem da língua:

É comum ouvir-se dizer que o latim é uma língua ‘harmoniosa’ ou ‘lógica’, que estrutura seus períodos de forma a criar simetrias, etc. (sem contar aqueles velhos estereótipos como “estudar latim desenvolve o raciocínio”). Nada mais falso, ou, no mínimo, impreciso. O latim é uma língua como qualquer outra, que teve, porém, a grande sorte de ser veículo cultural do maior império do Ocidente⁵².

À GUIA DE CONCLUSÃO, O INÍCIO DE UMA EXPERIÊNCIA COM O *LATINITAS*

No Brasil também se utilizam materiais estrangeiros ou traduções de materiais estrangeiros. Temos notícia do uso do material didático *Língua latina per se illustrata (Pars I – Familia romana e Pars II – Roma aeterna)*, de Hans H. Ørberg⁵³. Em uso por longo tempo nas universidades paulistas, principalmente, e em outras universidades do eixo Sudeste e Sul, encontra-se ainda o renomado *Reading Latin*, de Jones e Sidwell, traduzido para o português (com o título *Aprendendo latim*) por um grupo de latinistas coordenado pelos professores Paulo Sérgio de Vasconcellos e Isabela Tardin Cardoso⁵⁴.

⁵⁰ Almeida 2011: 21-22.

⁵¹ Vasconcellos 2013.

⁵² Id.: 13.

⁵³ Ørberg 2003. Sobre os usos desse material didático no Brasil, cf. Quednau 2011; sobre a dimensão teórico-descritiva do “método”, cf. Ricucci 2013.

⁵⁴ Cf. Jones e Sidwell 2005a, 2005b e 2012.

Atualmente, emerge no Brasil a questão do material didático do latim concebido sob bases menos tradicionais. E começam a ganhar corpo, também, as discussões em torno do ensino de latim por metodologias ditas ativas (também chamadas de naturais ou diretas)⁵⁵, ainda que, ao que nos consta, apenas o material de Ørberg (*Lingua latina per se illustrata*) estaria afeito, por enquanto, a tal tipo de proposta. Buscando contribuir com a proposição de materiais menos tradicionais (mesmo não tendo sido elaborado a partir de metodologia ativa) e reconhecendo a lacuna de produção didática nacional de materiais que tomem o texto como ponto de partida, nossa tese de doutorado propôs como produto o Programa *Latinitas*, que disponibiliza gratuitamente o material didático *Latinitas: leitura de textos em língua latina*, em dois volumes. Os volumes surgem, portanto, nesse contexto de ausência de materiais didáticos em abordagem textual preparados especialmente para estudantes brasileiros. Obviamente porque a tradução de material didático do tipo linguístico nem sempre atende às necessidades dos falantes de outra língua.

Assim, pensando na aprendizagem do latim pelos jovens de nosso tempo, o *Latinitas* tem procurado contribuir para o ensino do latim no Brasil, ao considerar alguns aspectos:

i) apresenta uma concepção ampla do objeto de ensino do latim: a língua presente nos textos; os textos a partir dos gêneros, entendidos como fruto de uma cultura ou de diferentes culturas, se se consideram os diversos tempos em que o latim foi e é utilizado, por considerar o latim como uma língua não apenas clássica; o latim como uma língua a ser lida, o que implica no uso consciente de estratégias que permitam a autonomia na leitura dos textos;

ii) os textos são levemente adaptados apenas no início do curso, para que o aluno tenha acesso inicial às principais características da língua e possa ir, gradualmente, lendo-os numa hierarquia que vai dos adaptados até os “originais”, ou seja, a chegada aos textos ditos originais ocorre o mais cedo possível, de forma que os alunos possam encarar esses textos sem notar avanços consideráveis de nível;

iii) para reduzir a incidência de alterações nos textos iniciais, a proposta levou em conta: a) a seleção de textos que são originalmente de elaboração mais simples; b) a seleção de textos a partir dos casos mais ocorrentes e dos tempos verbais mais produtivos;

iv) a ordem de apresentação gramatical obedece à lógica dos textos e a critérios estatísticos e não à estrutura tradicional das gramáticas; as declinações são apresentadas juntas desde o início e depois estudadas separadamente (porque apenas existiriam textos com palavras de uma só declinação se os textos fossem

⁵⁵ Ricucci 2013: 32 faz referência a “metodo induttivo-contestuale” para se referir ao “metodo glottodidattico” de Ørberg.

inventados, o que não ocorre). Da mesma forma, desde o início já se estuda a oposição presente e passado;

v) o Programa *Latinitas* conta com um *site* onde estão disponíveis exercícios complementares, optativos, de modo que o professor possa escolher aqueles que irão satisfazer as necessidades dos estudantes de sua turma, que nunca são os mesmos, ou elaborar ele próprio as atividades complementares;

vi) a proposta contempla apenas os níveis introdutório e intermediário de estudo da língua, permitindo que, no nível avançado, o professor possa complementar a abordagem considerando as demandas específicas dos alunos;

vii) por fim, todos os dois volumes do material didático estão disponíveis *online*, na íntegra, para *download* gratuito.

Testado já por mais de quatro anos na Universidade Federal da Bahia, atualmente o *Latinitas* está sendo experimentado em outras universidades brasileiras, ora como material didático principal, ora como material complementar, ora por um docente individualmente, ora pelo conjunto de professores da instituição. Nos próximos anos deverá ser publicada uma nova edição do material, revista e corrigida, já contando com a contribuição dos colegas das universidades que o experimentam.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, M. (2011), *Latim para todos*. Aracaju: Edição do autor.
- Almeida, N. M. de (2011), *Gramática latina*. São Paulo: Ed. Saraiva.
- Amarante, J. (2012a), “Esboço para uma História Social do Latim no Brasil: contruindo uma periodização – Episódio I: Período Colonial”, in R. V. Mattos e Silva, K. Oliveira, J. Amarante (eds.), *Várias Navegações: Português arcaico, Português brasileiro, Cultura Escrita no Brasil, Outros estudos*. Salvador: Edufba, 231-266.
- Amarante, J. (2012b), “*Latinitas*: leitura de textos em língua latina. Notícias sobre uma abordagem metodológica”, in J. Amarante, L. Lages (eds.), *Mosaico Clássico: variações acerca do mundo antigo*. Salvador: UFBA, 147-180.
- Amarante, J. (2013), “O latim no Brasil na primeira metade do século XX: entre leis, discursos e disputas, uma disciplina em permanência”, *Phaos* 13: 37-61.
- Azevedo, F. de (1967), *Na batalha do humanismo: aspirações, problemas e perspectivas*. São Paulo: Melhoramentos.
- Barros, A. F. B. (1961), *Curso de latim - para o curso ginásial, vestibulares e faculdades de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Belmonte, Fr. A. (1964), *Latinitas - Antologia latina*. Ribeirão Preto: Ind. Gráf. Bentivegna.
- Brito, G. da S. de (1982), *Lições de latim*. Rio de Janeiro: Editora Souza Marques Ltda.
- Cardoso, Z. de A. (1997), *Iniciação ao latim*. São Paulo: Ática.
- Cardoso, Z. de A. (2003), *A Literatura Latina*. São Paulo: Martins Fontes.
- Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942* (1942). URL: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm [acesso 16/04/2016].
- Decreto nº 91.372, de 26 de Junho de 1985*. (1985). URL: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91372-26-junho-1985-441227-norma-pe.html> [acesso 12/04/2016].
- Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa. Relatório conclusivo da da comissão Nacional para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Materna*. (1986). URL: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=25109 [acesso 08/04/2016].
- Faria, E. (1959), *Introdução à didática do latim*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

O latim no Brasil após a segunda metade do século XX e a emergência de novos materiais didáticos

- Furlan, O. A. (2006), *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- Gaio, A. P. (2005), *Em dia com o latim*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF.
- Garcia, J. M. (2008a), *Introdução à teoria e prática do latim*. Brasília: Editora UnB.
- Garcia, J. M. (2008b), *Língua latina – A teoria sintática na prática dos textos*. Brasília: Editora UnB.
- Garcia, J. M.; Castro, J. A. R. O. de (2003), *Dicionário gramatical de latim – nível básico*. Brasília: Editora UnB.
- Gonçalves, R. T. (2009), *Língua Latina*. Curitiba: IESDE Brasil S. A.
- Grazziani, J. (1962), *Exame vestibular de latim*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editôra.
- Guimarães, Pe F. da R. (1966), *Latim simplificado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Jones, P. V., Sidwell, K. C. (2005a), *Reading Latin: grammar, vocabulary and exercises*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jones, P. V., Sidwell, K. C. (2005b), *Reading Latin: text*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jones, P. V., Sidwell, K. C. (2012), *Aprendendo Latim. Gramática, vocabulário, exercícios e textos*. Trad. e superv.: I. Tardin Cardoso, P. S. Vasconcellos e equipe. São Paulo: Odysseus.
- Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. (1971). URL: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> [acesso 10/03/2016].
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. (1996). URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm [acesso 01/04/2016].
- Lima, A.D. (1995), *Uma estranha língua? Questões de linguagem e de método*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Marques Júnior, M. (2008), *Introdução aos Estudos Clássicos*. João Pessoa: Idéia Editora.
- Martins, J. B. (1987), *Migalhas de língua latina e de educação musical*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas.
- Martins, P. (2009), *Literatura latina*. Curitiba: IESDE Brasil S. A.
- Massip, V. (2002), *Latim instrumental: curso sistemático e progressivo de tradução*. Recife: Edições Bagaço.
- Mattos, G. (2001), *Latine loquere*. Curitiba: Edictio Auctoris.
- Müller, G. (1963), *O latim para todos*. Rio de Janeiro/ São Paulo: J. Ozon Editor.

- Nóbrega, V. L. da. (1962), *A presença do latim – 3 vols.* Rio de Janeiro: INEP/MEC.
- Ørberg, H. H. (2003), *Lingua latina per se illustrata – 2 vols.* Newburyport: MA, Focus Publishing.
- Parecer Nº 853, de 12 de novembro de 1971.* (1971). URL: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/parecer%20n.%208531971%20n%FAcleo%20comum%20para%20os%20curr%EDculos....pdf [acesso 12-03-2016].
- Parecer nº 339/72, de 06 de abril de 1972, do CFE.* (1972). URL: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/parecer%20339-1972%20o%20significado%20da%20parte%20da%20forma%E7%E3o%20espec.pdf [acesso 12/03/2016].
- Pastorino, C. T. (1963), *Latim para os alunos – série complementar.* Rio de Janeiro/São Paulo: J. Ozon Editor.
- Prata, P. e Fortes, F. (2012), “Considerações sobre métodos e metodologias de ensino de latim no Brasil”, in J. Amarante, L. Lages (eds), *Mosaico Clássico: variações acerca do mundo antigo.* Salvador: UFBA, 167-185.
- Prata, P. e Fortes, F. (orgs.) (2015), *O latim hoje: reflexões sobre cultura clássica e ensino.* São Paulo: Mercado das Letras.
- Quednau, L. R. (2011), “Ensino de latim: discussão e propostas”, *Cadernos do IL* 42: 320-338.
- Resolução nº8/71, de 1º de dezembro de 1971.* In: *Documenta* nº 133, Rio de Janeiro, dez. 1971. (1971). URL: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/resolu%E7%E3o%20n.%208-1971fixa%20o%20n%FAcleo%20comum....pdf [acesso 10/03/2016].
- Rezende, A. M. de. (2000), *Latina Essentia: preparação ao latim.* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ricucci, M. (2013), “Ørberg *Per se* e *per alios illustratus*: la dimensione teorico-descrittiva del metodo induttivo-contestuale”, *Letras Clássicas* 17, n. 2: 31-51.
- Rónai, P. (1954a), *Gradus Primus: curso básico de latim.* São Paulo: Cultrix.
- Rónai, P. (1954b), *Gradus Secundus: curso básico de latim.* São Paulo: Cultrix.
- Rónai, P. (1980), *Não perca o seu latim.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Santos Sobrinho, J. A. (2013), *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção – discursos, práticas, representações, proposta metodológica.* Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA.
- Smith, F. K. (1972), *Latim – aprenda sozinho.* São Paulo: Pioneira.
- Souza, R. F. de. (2009), “A renovação do currículo do ensino secundário no

O latim no Brasil após a segunda metade do século XX e a emergência de novos materiais didáticos

Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960)”, *Currículo sem fronteiras* 9, n. 1: 72-90.

Vasconcellos, P. S. de. (2013), *Sintaxe do período subordinado latino*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp.

Verdier, R. (1978), *Marcus et Tullia. Manual de língua latina*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo.